

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	57
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	61
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	62
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	64
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	85.937
Preferenciais	145.450
Total	231.387
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	170.453	192.546	190.593
1.01	Ativo Circulante	6.568	7.141	20.685
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	267	270	352
1.01.03	Contas a Receber	4.126	4.844	18.533
1.01.03.01	Clientes	2.088	3.550	15.638
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.038	1.294	2.895
1.01.03.02.01	Títulos a Receber	401	204	0
1.01.03.02.02	Adiantamentos a Fornecedores	1.637	1.090	0
1.01.04	Estoques	471	657	840
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.538	1.163	785
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.538	1.163	785
1.01.07	Despesas Antecipadas	166	207	175
1.02	Ativo Não Circulante	163.885	185.405	169.908
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	71.799	86.381	52.087
1.02.01.04	Contas a Receber	0	7.997	0
1.02.01.04.01	Clientes	0	7.997	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	60.461	58.831	33.930
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	60.461	58.831	33.930
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	11.338	19.553	18.157
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	3.147	5.613	5.675
1.02.01.10.05	Tributos a Receber	0	0	6.583
1.02.01.10.06	Bancos Conta Caução APPA	0	60	60
1.02.01.10.07	Impostos Diferidos	8.191	13.880	5.839
1.02.02	Investimentos	230	230	230
1.02.02.01	Participações Societárias	230	230	230
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	230	230	230
1.02.03	Imobilizado	91.637	98.512	117.432
1.02.04	Intangível	219	282	159

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.04.01	Intangíveis	219	282	159

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	170.453	192.546	190.593
2.01	Passivo Circulante	39.802	49.781	17.582
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.506	2.965	1.261
2.01.01.01	Obrigações Sociais	0	0	574
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	0	0	687
2.01.02	Fornecedores	16.697	12.553	7.345
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.697	12.553	7.345
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.235	7.717	7.175
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	1.067	4.484
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	3.085
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Federais	0	1.067	1.399
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	6.650	2.691
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5	144	230
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5	144	230
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5	144	230
2.01.05	Outras Obrigações	15.687	25.163	1.284
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	198	243	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	198	243	0
2.01.05.02	Outros	15.489	24.920	1.284
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	14.243	12.576	1.253
2.01.05.02.05	Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio	0	12.301	0
2.01.05.02.20	Demais Contas a Pagar	1.246	43	31
2.01.06	Provisões	1.672	1.239	287
2.01.06.02	Outras Provisões	1.672	1.239	287
2.01.06.02.04	Provisões Contratuais APPA	1.672	1.239	287
2.02	Passivo Não Circulante	15.991	16.866	11.820
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	57	67	191
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	57	67	191

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	57	67	191
2.02.02	Outras Obrigações	2.533	0	0
2.02.02.02	Outros	2.533	0	0
2.02.02.02.03	Adiantamento de Clientes	2.533	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	5.245	6.066	4.387
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.245	6.066	4.387
2.02.04	Provisões	8.156	10.733	7.242
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.156	10.733	7.242
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.989	8.079	1.195
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.167	2.230	265
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	330	330
2.02.04.01.05	Provisões Tributárias	0	94	94
2.02.04.01.06	Certificado de Recebíveis	0	0	5.358
2.03	Patrimônio Líquido	114.660	125.899	161.191
2.03.01	Capital Social Realizado	140.013	140.013	140.013
2.03.04	Reservas de Lucros	0	0	969
2.03.04.01	Reserva Legal	0	0	969
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-35.591	-24.958	11.693
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	10.238	10.844	8.516

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	41.259	58.243	70.703
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-40.281	-52.477	-57.264
3.03	Resultado Bruto	978	5.766	13.439
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-28.170	-37.211	6.676
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.079	-18.672	-15.066
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-15.091	-18.539	21.742
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-27.192	-31.445	20.115
3.06	Resultado Financeiro	4.052	-3.336	-572
3.06.01	Receitas Financeiras	6.016	3.678	447
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.964	-7.014	-1.019
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-23.140	-34.781	19.543
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	11.901	8.345	-4.673
3.08.01	Corrente	0	0	-2.638
3.08.02	Diferido	11.901	8.345	-2.035
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-11.239	-26.436	14.870
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-11.239	-26.436	14.870
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,0486	-0,1143	0,0643

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-11.239	-24.436	14.870
4.03	Resultado Abrangente do Período	-11.239	-24.436	14.870

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	13.531	2.871	27.393
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	12.237	-3.622	47.349
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-23.140	-34.781	19.543
6.01.01.02	Depreciação e amortização	8.022	8.717	31.337
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.769	0	0
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	0	0	-3.246
6.01.01.05	Constituição de Impairment - Impostos a Recuperar	0	6.766	0
6.01.01.06	Constituição Impairment - Imobilizado	0	12.893	0
6.01.01.07	Provisão para Contingências	513	1.965	-285
6.01.01.08	Constituição PCLD	-1.465	818	0
6.01.01.10	Constituição Impairment - Partes Relacionadas	11.538	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.294	6.493	-19.956
6.01.02.01	Aumento) redução contas a receber clientes	10.924	3.273	2.243
6.01.02.02	(Aumento) redução títulos a receber	-197	1.510	-264
6.01.02.03	(Aumento) redução estoque	186	183	-192
6.01.02.04	(Aumento) redução impostos a recuperar	-375	-561	1.157
6.01.02.05	(Aumento) redução adiantamentos	-547	-59	2.054
6.01.02.09	(Aumento) redução Partes Relacionadas	-13.213	-24.508	-33.072
6.01.02.10	(Aumento) redução Outros Créditos	2.567	30	-1.545
6.01.02.11	Aumento (redução) fornecedores	4.144	5.208	4.461
6.01.02.13	Aumento (redução) obrigações fiscais	-7.572	7.426	5.555
6.01.02.14	Aumento (redução) obrigações sociais e trabalhistas	-459	1.704	-111
6.01.02.16	Aumento (redução) demais contas a pagar	1.636	964	-242
6.01.02.19	Aumento (redução) adiantamento de clientes	4.200	11.323	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.084	-2.813	-25.851
6.02.01	Adições ao Imobilizado	-1.464	-3.042	-38.232
6.02.03	Baixa de Imobilizados	380	229	12.381
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.450	-140	-1.720

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.03.01	Empréstimos e financiamentos	-149	-210	5.533
6.03.04	Distribuição de dividendos	0	-6.873	0
6.03.05	Operações com Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio	-12.301	6.943	0
6.03.06	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-7.253
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3	-82	-178
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	270	352	530
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	267	270	352

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	140.013	0	0	-24.958	10.844	125.899
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	140.013	0	0	-24.958	10.844	125.899
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.633	-606	-11.239
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.239	0	-11.239
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	606	-606	0
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	0	0	0	918	-918	0
5.05.02.07	Realização do Tributo Diferido	0	0	0	-312	312	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	140.013	0	0	-35.591	10.238	114.660

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	140.013	4.612	8.050	-4.901	11.434	159.208
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	140.013	4.612	8.050	-4.901	11.434	159.208
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-4.612	-8.050	-20.057	-590	-33.309
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-26.436	0	-26.436
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-4.612	-8.050	6.379	-590	-6.873
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	0	0	0	894	-894	0
5.05.02.07	Realização do Tributo Diferido	0	0	0	-304	304	0
5.05.02.08	Distribuição de Dividendos cfe.21ºAGO	0	0	-6.873	0	0	-6.873
5.05.02.09	Absorção das reservas pelo prejuízo acumulado	0	-4.612	-1.177	5.789	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	140.013	0	0	-24.958	10.844	125.899

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	140.013	3.868	1.176	0	8.516	153.573
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	140.013	3.868	1.176	0	8.516	153.573
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	14.870	0	0	14.870
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	14.870	0	0	14.870
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	744	-7.996	0	0	-7.252
5.06.01	Constituição de Reservas	0	744	-744	0	0	0
5.06.04	Juros Sobre Capital Próprio	0	0	-7.252	0	0	-7.252
5.07	Saldos Finais	140.013	4.612	8.050	0	8.516	161.191

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	44.645	61.894	73.960
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	44.184	60.801	72.926
7.01.02	Outras Receitas	461	1.093	1.034
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-52.168	-69.749	-30.455
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-52.168	-69.749	-30.455
7.03	Valor Adicionado Bruto	-7.523	-7.855	43.505
7.04	Retenções	-8.022	-8.717	-8.497
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.022	-8.717	-8.497
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-15.545	-16.572	35.008
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.016	3.678	447
7.06.02	Receitas Financeiras	0	0	68
7.06.03	Outros	0	0	379
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-9.529	-12.894	35.455
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-9.529	-12.894	35.455
7.08.01	Pessoal	8.261	11.222	11.637
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-8.515	-4.694	7.930
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.964	7.014	1.019
7.08.03.01	Juros	1.878	6.908	370
7.08.03.03	Outras	86	106	649
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-11.239	-26.436	14.869
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-11.239	-26.436	14.869

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018**

Antonina (PR), 26 de março de 2019.

Senhores Acionistas,

A administração da TPPF – Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. (Companhia) em conformidade com as disposições previstas em seu estatuto e as leis vigentes, submete à apreciação de seus acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.

Em 2018 a atividade econômica ainda sofreu impactos negativos que refletiu em um ano de crescimento relativamente baixo. O cenário macroeconômico se mostrou instável em razão das incertezas provenientes do processo eleitoral e das condições externas desfavoráveis.

Durante o exercício de 2018, a companhia efetuou continuamente a dragagem de manutenção nos berços de atracação, mantendo-os em melhores condições que o do canal de acesso e baía de evolução. No aspecto operacional, a Companhia movimentou 724 toneladas em 2018, um decréscimo de 32% em relação a 2017. Em relação às demonstrações financeiras, a Companhia apresentou uma receita líquida de R\$ 41,3 milhões, valor 29% menor, comparado ao exercício anterior, quando a Receita Líquida foi de R\$ 58,2 milhões. A administração da Companhia está voltada para uma melhor gestão dos custos operacionais, visando minimizar o impacto em seus resultados, buscando sempre as melhores oportunidades e práticas. O contrato de concessão da Companhia, bem como demais contratos de prestação e fornecimento, são reajustados com base nas variações positivas e negativas do IGP-M Índice Geral de Preços de Mercado. O IGP-M acumulado em 2018 fechou positivo em 7,5%.

Os investimentos realizados pela Companhia em 2018 totalizaram no período R\$ 1.464 mil, e foram principalmente destinados à aquisição de máquinas e equipamentos, edificações e sistemas de segurança.

Ao término de 2018 a Companhia contava com 167 funcionários. Estes colaboradores, recebem, além dos rendimentos fixos, pacote de benefícios que incluem seguro de vida, plano de saúde extensivo aos seus dependentes.

A Companhia, visando sempre as melhores práticas de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, mantém em seu programa de gestão ambiental, os seguintes projetos:

-  Educação Ambiental: Ações contra a dengue e limpeza de vias;
-  Campanha de Redução do Consumo de Água;
-  Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
-  Monitoramento de Emissões Atmosféricas;
-  Controle de Vetores;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

-  Acompanhamento de Efluentes e Qualidade da Água: Monitoramento de água de lastro, projeto junco, monitoramento da água da baía e afluentes;
-  Auditorias Ambientais, conforme Resolução CONAMA 306/2002;
-  Plano de atendimento a emergências (PAE) e Plano de Emergência Individual (PEI) elaborados, em tramitação no IBAMA.

A Administração informa ainda, que os direitos dos acionistas estão previstos no Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que trata do Capital Social e sua divisão, e também da autonomia da Companhia para aumentar seu capital independentemente de decisão da Assembleia até o limite de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações, sendo 93.000.000 (noventa e três milhões) em ações ordinárias e 157.000.000 (cento e cinquenta e sete milhões) em ações preferenciais, todas nominativas e do tipo escritural, sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

PERSPECTIVAS PARA 2019

Com base nos parâmetros institucionais, investimentos, e nas projeções de cargas dos principais clientes, estima-se para 2019 uma movimentação física de cargas de 1.700 mil toneladas.

A companhia dará início as obras de expansão do terminal, sendo que ainda no primeiro semestre de 2019, serão iniciada as obras referente a construção de silos para operação com cereais.

Atenciosamente,

A Administração

Notas Explicativas**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da
TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.
Antonina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.** (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.** (Companhia), em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

(i) Conforme nota explicativa 6.1, em 28 de março de 2018, a Companhia renegociou os valores a receber, oriundos de transações comerciais, com a empresa ligada Fortesolo Serviços Integrados Ltda. no montante de R\$ 11.250 mil concedendo um perdão de dívida de 50% sobre este crédito e com acordo para recebimento do saldo remanescente em 24 vezes sem juros, com vencimentos a partir do mês de abril de 2018. Na data da transação o resultado foi impactado com o reconhecimento de despesas no valor de R\$ 5.625 mil.

(ii) Conforme nota explicativa 9, a Companhia mantém transações de mútuos (ativo) com partes relacionadas no montante de R\$ 60.461 mil (R\$ 58.831 mil em 31.12.2017) e, devido as características específicas dos contratos, estes não são precificados nas mesmas condições de mercado.

Notas Explicativas

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que informa que em 31 de dezembro de 2018 a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 11.239 mil (R\$ 26.436 mil em 31.12.2017) e apresentou naquela data capital circulante líquido negativo de R\$ 33.234 mil (R\$ 42.640 mil em 31.12.2017). Essas condições indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

. Partes Relacionadas

Conforme nota explicativa 9 a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2018, saldo a receber de partes relacionadas de R\$ 60.461 mil (58.831 mil em 31.12.2017). Para fins de mensuração, o valor vem sendo atualizado monetariamente conforme contratos firmados entre as partes.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação e leitura dos contratos firmados entre as partes, recálculo da atualização monetária e avaliação dos critérios conforme os contratos e baseado nos valores apresentados, julgamos e obtivemos evidência de auditoria quanto a expectativa e capacidade de pagamento dessas obrigações por parte da parte relacionada

Com base nas evidências obtidas, verificamos que os montantes estão adequadamente atualizados conforme contratos firmados e suportados por documentação válida.

. Distrato da Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio com a Transferência da Dívida para Adiantamento de Cliente

Conforme notas explicativas 17 e 18 a Companhia em 10 de junho de 2018, realizou o distrato do contrato de Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio, onde a obrigação da Companhia com a Vert Companhia Securitizadora foi transferida para o cliente, Copersucar Trading A.V.V. A obrigação será quitada através de serviços portuários prestados pela Companhia, conforme contrato firmado entre as partes.

Notas Explicativas

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram leitura e avaliação dos distratos de Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio e o contrato firmado com a Copersucar Trading A.V.V., bem como, a validação dos valores contabilizados que estão suportados pelos documentos formais da operação.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os valores referentes ao distrato da Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio e o contrato posteriormente firmado, estão devidamente contabilizados.

. Consolidação do Parcelamento Especial de Regularização Tributária – PERT

Conforme a nota explicativa 16, a Companhia teve a consolidação pelo fisco do parcelamento aderido junto ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT. A consolidação possibilitou a contabilização da baixa dos valores registrados no Ativo Fiscal Diferido sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa, no valor de R\$ 5.242, bem como, os valores registrados no Passivo referente ao parcelamento, no valor de R\$ 6.658.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação de nossos especialistas tributários na validação dos extratos de consolidação da dívida, emitidos pelo fisco – Receita Federal do Brasil e o confronto com os valores registrados contabilmente. Verificamos ainda os lançamentos de baixa dos valores e os impactos no resultado do exercício.

Com base em nossos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos os critérios e as premissas adotadas pela Administração para a contabilização da consolidação do PERT adequados no contexto das demonstrações financeiras.

. Provisão para Contingências

Conforme a nota explicativa 19 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, a Companhia possui constituída provisão sobre processos em andamento cuja estimativa de perda provável é de R\$ 3.167 mil (R\$ 2.654 mil em 31.12.2017). Esses processos são acompanhados pelos assessores jurídicos externos da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão, na base de testes, dos vários processos em andamento. Procedemos o confronto dessas informações com os registros contábeis e efetuamos entrevista e consulta formal junto aos assessores jurídicos externos.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores de provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis estão adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Ambiente Altamente Regulado

A Companhia está sujeita ao atendimento de normas e regulamentos de diversos órgãos tais como: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários; APPA – Administração dos Portos de

Notas Explicativas

Paranaguá e Antonina; e Autarquia do Governo do Estado do Paraná. Em decorrência do atendimento às questões legais da atividade operacional, entende-se o ambiente regulatório como um risco inerente significativo a ser observado no curso das atividades. A Receita Federal do Brasil fiscaliza periodicamente as atividades do terminal.

Com base nas evidências obtidas, entendemos que o risco é minimizado através do cumprimento das obrigações legais e a manutenção dos contratos ativos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram o recebimento dos certificados e licenças vigentes para o exercício, análise e entendimento das fiscalizações e recomendações da Receita Federal do Brasil e do Ministério do Trabalho e análise da divulgação adequada dessas transações, riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

. Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2018

No exercício de 2019, a Companhia, visando adequar suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, deliberou pela sua reapresentação considerando as seguintes operações: i) contabilização do estudo de reorganização do imobilizado que fora objeto de ressalva quando do encerramento destas demonstrações; ii) reconhecimento de parcelamentos tributários não contabilizados; e iii) contabilização da transferência, em 28 de dezembro de 2018, para empresas do grupo acionista controlador de parte do seu prejuízo fiscal e base negativa do imposto de renda e contribuição social dentro do que era facultado nas regras do PERT (Programa Especial de Regularização Tributária). Essa operação foi identificada através de verificação de acordo de acionistas efetuada no primeiro trimestre de 2019. A Companhia realizou a contabilização dos valores e optou por, também, contabilizar o *impairment* sobre o montante total.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos se a apresentação atende os critérios do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Obtivemos evidência quanto aos lançamentos que originaram a reapresentação e efetuamos a leitura da documentação comprobatória.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para a reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2018 estão adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

. Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações

Notas Explicativas

estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

. Reapresentação das Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão sendo reapresentados, em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 31 às demonstrações financeiras.

. Demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2017

As demonstrações financeiras do **TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.** do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas comparativamente, foram por nós auditadas, conforme relatório dos auditores independentes emitido em 28 de março de 2018, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Notas Explicativas

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Notas Explicativas

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba (PR), 23 de março de 2020.

ALFREDO HIRATA

Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP



MARTINELLI AUDITORES

CRC (SC) nº 001.132/O-9

Notas Explicativas**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018**

Antonina (PR), 26 de março de 2019.

Senhores Acionistas,

A administração da TPPF – Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. (Companhia) em conformidade com as disposições previstas em seu estatuto e as leis vigentes, submete à apreciação de seus acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.

Em 2018 a atividade econômica ainda sofreu impactos negativos que refletiu em um ano de crescimento relativamente baixo. O cenário macroeconômico se mostrou instável em razão das incertezas provenientes do processo eleitoral e das condições externas desfavoráveis.

Durante o exercício de 2018, a companhia efetuou continuamente a dragagem de manutenção nos berços de atracação, mantendo-os em melhores condições que o do canal de acesso e baía de evolução. No aspecto operacional, a Companhia movimentou 724 toneladas em 2018, um decréscimo de 32% em relação a 2017. Em relação às demonstrações financeiras, a Companhia apresentou uma receita líquida de R\$ 41,3 milhões, valor 29% menor, comparado ao exercício anterior, quando a Receita Líquida foi de R\$ 58,2 milhões. A administração da Companhia está voltada para uma melhor gestão dos custos operacionais, visando minimizar o impacto em seus resultados, buscando sempre as melhores oportunidades e práticas. O contrato de concessão da Companhia, bem como demais contratos de prestação e fornecimento, são reajustados com base nas variações positivas e negativas do IGP-M Índice Geral de Preços de Mercado. O IGP-M acumulado em 2018 fechou positivo em 7,5%.

Os investimentos realizados pela Companhia em 2018 totalizaram no período R\$ 1.464 mil, e foram principalmente destinados à aquisição de máquinas e equipamentos, edificações e sistemas de segurança.

Ao término de 2018 a Companhia contava com 167 funcionários. Estes colaboradores, recebem, além dos rendimentos fixos, pacote de benefícios que incluem seguro de vida, plano de saúde extensivo aos seus dependentes.

A Companhia, visando sempre as melhores práticas de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, mantém em seu programa de gestão ambiental, os seguintes projetos:

 Educação Ambiental: Ações contra a dengue e limpeza de vias;

Notas Explicativas

- TPPF Campanha de Redução do Consumo de Água;
- TPPF Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- TPPF Monitoramento de Emissões Atmosféricas;
- TPPF Controle de Vetores;
- TPPF Acompanhamento de Efluentes e Qualidade da Água: Monitoramento de água de lastro, projeto junco, monitoramento da água da baía e afluentes;
- TPPF Auditorias Ambientais, conforme Resolução CONAMA 306/2002;
- TPPF Plano de atendimento a emergências (PAE) e Plano de Emergência Individual (PEI) elaborados, em tramitação no IBAMA.

A Administração informa ainda, que os direitos dos acionistas estão previstos no Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que trata do Capital Social e sua divisão, e também da autonomia da Companhia para aumentar seu capital independentemente de decisão da Assembleia até o limite de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações, sendo 93.000.000 (noventa e três milhões) em ações ordinárias e 157.000.000 (cento e cinquenta e sete milhões) em ações preferenciais, todas nominativas e do tipo escritural, sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

PERSPECTIVAS PARA 2019

Com base nos parâmetros institucionais, investimentos, e nas projeções de cargas dos principais clientes, estima-se para 2019 uma movimentação física de cargas de 1.700 mil toneladas.

A companhia dará início as obras de expansão do terminal, sendo que ainda no primeiro semestre de 2019, serão iniciada as obras referente a construção de silos para operação com cereais.

Atenciosamente,

A Administração

Notas Explicativas

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		6.568	7.141
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	267	270
Contas a Receber de Clientes	6.1	2.088	3.550
Títulos a Receber	6.2	401	204
Estoques		471	657
Impostos a Recuperar	7	1.538	1.163
Adiantamentos	8	1.637	1.090
Despesas do Exercício Seguinte		166	207
NÃO-CIRCULANTE		163.885	185.405
Realizável a Longo Prazo		71.799	86.381
Contas a Receber de Clientes	6.1	-	7.997
Partes Relacionadas	9	60.461	58.831
Depósitos Judiciais	19	3.147	5.613
Impostos Diferidos	10.1	8.191	13.880
Cauções		-	60
Investimentos	11	230	230
Imobilizado	12	91.637	98.512
Intangível	13	219	282
TOTAL DO ATIVO		170.453	192.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		39.802	49.781
Fornecedores	14	16.697	12.553
Empréstimos e Financiamentos	15	5	144
Obrigações Tributárias	16	3.235	7.717
Obrigações Sociais e Previdenciárias		2.506	2.965
Provisões Contratuais - APPA		1.672	1.239
Adiantamentos de Clientes	17	14.243	12.576
Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio	18	-	12.301
Partes Relacionadas		198	243
Outras Obrigações		1.246	43
NÃO-CIRCULANTE		15.991	16.866
Empréstimos e Financiamentos	15	57	67
Obrigações Tributárias	16	4.989	8.079
Adiantamentos de Clientes	17	2.533	-
Provisão para Contingências	19	3.167	2.654
Impostos Diferidos	10.2	5.245	6.066
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		114.660	125.899
Capital Social	20.a	140.013	140.013
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.b	10.238	10.844
Prejuízos Acumulados		(35.591)	(24.958)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		170.453	192.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	41.259	58.243
Custos dos Serviços Prestados	22	(40.281)	(52.477)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		978	5.766
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(28.170)	(37.211)
Despesas Gerais e Administrativas	23	(13.079)	(18.672)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	24	(15.091)	(18.539)
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		(27.192)	(31.445)
Receitas Financeiras	25	6.016	3.678
Despesas Financeiras	25	(1.964)	(7.014)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(23.140)	(34.781)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		11.901	8.345
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(11.239)	(26.436)
Resultado por Ação (Em Reais)		(0,0486)	(0,1143)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado Líquido do Exercício	(11.239)	(26.436)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	(11.239)	(26.436)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRADOS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros			Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
			Reserva de Investimentos	Reserva Legal	Reserva de Lucros		
Em 31 de dezembro de 2016	140.013	11.434	3.643	969	8.050	(4.901)	159.208
Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	-	(26.436)	(26.436)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	(894)	-	-	-	894	-
Realização do Tributo Diferido	-	304	-	-	-	(304)	-
Distribuição de Dividendos cfe.21ºAGO	-	-	-	-	(6.873)	-	(6.873)
Absorção das reservas pelo prejuízo acumulado	-	-	(3.643)	(969)	(1.177)	5.789	-
Em 31 de dezembro de 2017	140.013	10.844	-	-	-	(24.958)	125.899
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(11.239)	(11.239)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	(918)	-	-	-	918	-
Realização do Tributo Diferido	-	312	-	-	-	(312)	-
Em 31 de dezembro de 2018	140.013	10.238	-	-	-	(35.591)	114.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
MÉTODO INDIRETO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Período	(23.140)	(34.781)
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização	8.022	8.717
Movimentação Impostos Diferidos	16.769	-
Movimentação de PCLD	(1.465)	818
Constituição de Impairment - Impostos a Recuperar	-	6.766
Constituição Impairment - Imobilizado	-	12.893
Constituição Impairment - Partes Relacionadas	11.538	-
Provisão para Contingências	513	1.965
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contas a Receber de Clientes	10.924	3.273
Títulos a Receber	(197)	1.510
Estoques	186	183
Impostos a Recuperar	(375)	(561)
Adiantamentos	(547)	(59)
Partes Relacionadas	(13.213)	(24.508)
Outros Créditos	2.567	30
Fornecedores	4.144	5.208
Obrigações Tributárias	(7.572)	7.426
Obrigações Sociais e Previdenciárias	(459)	1.704
Adiantamento de Clientes	4.200	11.323
Outras Contas a Pagar	1.636	964,00
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	13.531	2.871
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Ativos Imobilizados e Intangíveis	(1.464)	(3.042)
Baixa de Ativos Imobilizados	380	229
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(1.084)	(2.813)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Operações com Empréstimos e Financiamentos	(149)	(210)
Distribuição de Dividendos	-	(6.873)
Operações com Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio	(12.301)	6.943
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	(12.450)	(140)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3)	(82)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	270	352
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	267	270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
(+) Receitas	44.645	61.894
Vendas de serviços	44.184	60.801
Outras receitas	461	1.093
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(52.168)	(69.749)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(52.168)	(69.749)
(=) Valor adicionado bruto	(7.523)	(7.855)
(-) Depreciação e amortização	(8.022)	(8.717)
(=) Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(15.545)	(16.572)
(+) Valor adicionado recebido em transferência	6.016	3.678
Receitas financeiras	6.016	3.678
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	(9.529)	(12.894)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	8.261	11.222
Impostos, taxas e contribuições	(8.515)	(4.694)
Remuneração de capitais de terceiros	1.964	7.014
Juros	1.878	6.908
Variações cambiais	86	106
Remuneração de capitais próprios	(11.239)	(26.436)
Lucros retidos / Prejuízos do Período	(11.239)	(26.436)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	(9.529)	(12.894)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.**

CNPJ 85.041.333/0001-11

Antonina- PR

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia tem como objeto principal a administração do arrendamento, outorgado pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA através do contrato nº 003, celebrado em 26.04.1995, realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares do serviço concedido, e ainda a implementação de projetos associados aos serviços portuários concedidos, (i) exploração, operação e administração de serviços portuários, (ii) exploração, operação e administração de serviços de transporte rodoviário, fluvial, marítimo e ferroviário, complementares ou não às atividades portuárias que gerencia serviços de armazém em geral, em instalações próprias ou de terceiros, (iii) prestação de serviços como agenciadora de seguro, agenciadora de frete, em atividades de marinha mercante, serviços de assistência técnica e outros ligados à infraestrutura portuária, tais como abastecimento de bordo, limpeza e higienização de navios, (iv) realização de atividades de importação e exportação de gêneros alimentícios, elaborados, semielaborados e in natura, equipamentos destinados à atividade portuária, (v) participação como sócia quotista ou acionista do capital de outras sociedades, mesmo quando o objeto social não coincidir, mediante aplicação de recursos próprios ou decorrentes de incentivos fiscais, (vi) constituir subsidiárias para a execução de atividades compreendidas no seu objeto, (vii) navegação de apoio marítimo e portuário e a realização de obras portuárias (marítimas e fluviais) e dragagem, dentre outros.

Atualmente, a Companhia atua somente na atividade de exploração, operação e administração de serviços portuários. A exploração da instalação portuária está regulamentada pela Lei nº 8.630/93 sob a modalidade de "uso público".

O oitavo termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal, publicado no Diário Oficial do Paraná em 17 de março de 2010, regulamenta o direito de compensação dos valores despendidos diretamente pela Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. para manutenção do canal de acesso de Antonina com as tarifas portuárias incidentes sobre suas operações.

Em 13 de abril de 2010, foi publicado no Diário Oficial da União o nono termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal que, entre outras determinações, altera a cláusula do contrato originalmente firmado que determina o prazo do arrendamento, ficando dessa forma a data de vencimento do período contratual alterada para 26 de abril de 2022, podendo ser prorrogado por mais um período de vinte e cinco anos.

O referido termo aditivo também regulamenta e atualiza outros temas constantes no instrumento originalmente assinado, que eram objeto de constantes discussões, como: área arrendada, cargas a serem movimentadas, valor do arrendamento e taxas portuárias, além das responsabilidades pela manutenção do canal de acesso ao terminal.

Em 24 de março de 2016, foi publicado no Diário Oficial da União o Extrato do Termo Aditivo através do Processo 00045.002494/2014-54 referente ao 11º termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal que, entre outras determinações, tem como objeto a prorrogação antecipada e o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento nº 003/95, de 26 de abril de 1995, o qual rege o arrendamento de área de 267.309 m² (duzentos e sessenta e sete mil, trezentos e nove metros quadrados), condicionado à realização dos

Notas Explicativas

investimentos novos propostos pela Terminais Portuários da Ponta do Felix S.A., necessários à readequação e modernização das estruturas físicas do terminal, com vistas à movimentação e armazenagem de todos os produtos na forma de carga geral solta, unitizada em contêiner, a granel sólido e líquido e veículos em regime de entreposto na modalidade de exportação, importação, inclusive DAC (Depósito Alfandegado Certificado) e cabotagem, à exceção de cargas estabelecidas como perigosas, de acordo com a IMCO (International Maritime Consulting Organization), produtos da classe I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX, na forma da Lei nº 12.815/13 e do Decreto nº 8.033/13.

De acordo com este novo termo aditivo, com a prorrogação antecipada, a vigência do Contrato de Arrendamento nº 003/95 fica prorrogada até 31 de dezembro de 2037.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 11.239 mil e apresentou naquela data capital circulante líquido negativo de R\$ 33.234 mil. Essas condições indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, consequentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, as normas e procedimentos emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 30 de janeiro de 2019 e aprovada a sua reapresentação em 05 de março de 2020.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras estão estruturadas de acordo com as normas contábeis de uso corrente e de conformidade com as disposições vigentes na legislação societária, onde aplicável, apresentando-se de forma comparada com as do exercício anterior, inclusive, de acordo com a Lei nº 11.638/07.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em conta as seguintes e principais diretrizes:

3.1 - Instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Notas Explicativas

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Eventuais custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido remanescente permanece nas reservas de lucros no patrimônio líquido até a destinação aprovada na Assembleia dos acionistas.

3.2 Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Notas Explicativas

3.3 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

3.4 Investimentos

Os investimentos são mantidos ao valor de custo, visto que a empresa possui 10% das empresas coligadas.

3.5 - Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato de concessão, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Em 2016 ocorreu o redimensionamento da depreciação em razão da renovação antecipada do contrato de concessão. As estimativas de depreciação estão abaixo citadas.

Notas Explicativas

A média ponderada estimada de vida útil por grupo de bens do ativo imobilizado para os exercícios corrente e comparativos são as seguintes:

Edifícios	60 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 25 anos
Móveis e utensílios	6 a 25 anos
Veículos	5 a 20 anos
Tecnologia, processamento de dados e telefonia	5 a 20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual foram ajustados em 31/12/2010.

3.6 - Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Custos de desenvolvimento capitalizados	5 anos
---	--------

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

3.7 - Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo

Notas Explicativas

financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC – Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

3.8 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido

Notas Explicativas

para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9 - Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

3.10 - Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, desenvolvimento ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.11 - Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.12 - Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às Companhias Abertas

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Notas Explicativas

3.13 - Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para impairment se necessária.

Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

3.14 - Adoção inicial aos novos pronunciamentos emitidos

Os seguintes novos pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

• CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma baseia-se no princípio de que as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços ao cliente. Esse CPC substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção".

• CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Esse CPC substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

3.15 - Novas normas e interpretações ainda não efetivas

• CPC 06 - Operação de Arrendamento Mercantil

Dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Administração da Companhia está avaliando a norma e seus impactos e entende que a aplicação deste pronunciamento não irá gerar impacto significativo nas suas demonstrações financeiras, as quais serão divulgadas conforme exigência da norma.

Notas Explicativas**NOTA 04 - JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em período subsequentes, podem diferir dessas estimativas

As políticas contábeis e áreas que requerem em maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) Impairment dos ativos imobilizados, intangíveis e ágio; e,
- d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2018	2017
Caixa (a)	5	3
Banco do Brasil S.A.	262	267
Total	267	270

(a) O montante de R\$ 5 e R\$ 3 representa o fundo fixo de caixa em 2018 e 2017 respectivamente.

NOTA 06 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E TÍTULOS A RECEBER**6.1 - Clientes a receber**

Descrição	2018	2017
Clientes nacionais	378	579
Clientes internacionais	1.047	117
Partes relacionadas (Nota 09) (a)	1.274	11.961
(-) Redução para créditos de liquidação duvidosa	(611)	(1.110)
Total	2.088	11.547
Parcela Circulante	2.088	3.550
Parcela Não-Circulante	-	7.997
Total	2.088	11.547
Composição das contas a receber por idade de vencimento:	2018	2017
A vencer	25	103
Vencidos de 01 a 30 dias	1.000	434
Vencidos de 31 a 180 dias	13	1.355
Vencidos há mais de 180 dias	1.661	10.765
(-) Redução para créditos de liquidação duvidosa	(611)	(1.110)
Total	2.088	11.547

Notas Explicativas

- (c) Em 30 de junho de 2017, após nova avaliação junto aos assessores jurídicos sobre o Imposto de Importação e IPI - Drawback, o entendimento foi de que os valores discutidos se referem a contingências ativas, e mesmo havendo decisões favoráveis em outros processos idênticos, como ainda não há o transitado em julgado das ações remanescentes, a Companhia optou por criar *impairment* do referido valor.

Em 31 de dezembro de 2017, após nova avaliação junto aos assessores jurídicos sobre o PIS e COFINS recolhido a maior indevidamente, a Administração da Companhia decidiu por constituir *impairment* referente ao montante de R\$ 720 mil, por entender que é baixa a expectativa de realização dos créditos.

NOTA 08 - ADIANTAMENTOS

Descrição		2018	2017
OGMO – PR	Gestão de Mão-de-obra	-	760
Mosaic Fertilizantes	Comercial	399	-
Anderson Thiago de Pádua	Resíduos	299	-
MZ Equipamentos	Locação de Equipamentos	-	149
Outros	Outros	939	181
Total		1.637	1.090

NOTA 09 - PARTES RELACIONADAS

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídos entre as partes relacionadas, oriundas de prestações de serviços de operações portuárias, armazenagem e de mútuos ativos. Os saldos em aberto de transações com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

Ativo	Natureza da operação	2018	2017
Fortenave Agenciamento Marítimo S.A.	Comercial (i)	27	221
Fortesolo Serviços Integrados Ltda.	Comercial (i)	1.247	10.897
Uralkali Trading	Comercial (i)	-	843
Total Contas a Receber (Nota 06)		1.274	11.961
Interbulk Ltda.	Mútuo (ii)	2.712	4.270
Agriter Agronegócios Ltda.	Mútuo (ii)	2.115	1.999
Equiplan Participações S.A.	Mútuo (ii)	49.901	47.145
FTS Participações (iii)	Mútuo (ii)	5.733	-
Fortesolo Serviços Integrados Ltda. (iii)	Mútuo (ii)	-	5.417
Equiplan Participações S.A.	Mútuo trf. Prej.Fiscal (iv)	1.568	-
Fortesolo Serviços Integrados Ltda.	Mútuo trf. Prej.Fiscal (iv)	9.970	-
Impairment – Prejuízo Fiscal (v)		(11.538)	-
Total Empréstimos a Receber		60.461	58.831
Passivo	Natureza da operação	2018	2017
Uralkali Trading (Nota 17)	Comercial (i)	5.833	3.976
Total Passivo		5.833	3.976

As transações com partes relacionadas, devido a características específicas dos contratos, não são precificadas nas mesmas condições de mercado e, conseqüentemente, não são compatíveis às operações com empresas

Notas Explicativas

que não são partes relacionadas. Dessa forma são pactuadas em condições particulares entre as respectivas partes.

(i) Transações comerciais: As operações entre as empresas referem-se a agenciamento e serviços de operação portuária.

(ii) Mútuo: a Companhia possui contratos de mútuos ativos com as empresas acionistas e coligadas. Os montantes foram liberados nos meses março/2016, abril/2016, setembro/2016, dezembro/2016, fevereiro/2017, maio/2017 e junho/2017 e o prazo de liquidação do valor mutuado é de 60 (sessenta) meses, sendo facultado o pagamento antecipado total ou parcial da dívida, que deverá ser corrigida a partir da data de assinatura até o momento do efetivo pagamento pela variação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo);

(iii) Em 31 de dezembro de 2018 ocorreu a cisão da coligada Fortesolo Serviços Integrados Ltda. e foi constituída a Companhia FTS Participações S.A. a qual assumiu as obrigações e direitos junto a Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.

(iv) Em 28 de dezembro de 2018, dentro do que era facultado nas regras do PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) a Companhia permitiu a utilização de parte do seu prejuízo fiscal e base negativa do imposto de renda e contribuição social pelo grupo acionista controlador. Desta forma, transferiu os referidos valores os quais originaram valores a receber das partes relacionadas.

(v) Em 04 de março de 2020, os acionistas acordaram que o reembolso referente ao item (iv) será realizado pelas partes anualmente após o encerramento do exercício fiscal na proporção da efetiva redução dos tributos a serem recolhidos pela Companhia em razão do abatimento que seria possível no caso de não ter ocorrido à cessão dos prejuízos. Dada às condições de recebimento dos valores a Companhia constituiu *impairment* sobre o montante total.

NOTA 10 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

10.1 - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos

Descrição	2018	2017
Ativo Diferido sobre Base Negativa (a)	-	5.839
Ativo Diferido sobre Diferenças Temporárias (b)	8.191	8.041
Total Ativo Fiscal Diferido Contabilizado	8.191	13.880

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre Base Negativa

Os créditos tributários de IRPJ e CSSL foram constituídos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa de imposto de renda e contribuição social, devidamente registrados no Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Observado o CPC 32 - Receita sobre os Lucros, a Companhia, atendendo aos critérios pré-estabelecidos do comunicado técnico, registrou parcela dos créditos tributários diferidos sobre esses prejuízos fiscais e base negativa de CSSL, levando em consideração a estimativa de projeção de resultado tributável para realização destes créditos tributários.

Notas Explicativas

No período findo em 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Prejuízos fiscais acumulados	27.168	76.522
Alíquotas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.237	26.017
Parcela não reconhecida (i)	(9.237)	(20.178)
Total Ativo Fiscal Diferido Contabilizado	-	5.839

(i) São reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável para qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensadas. A reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

Durante o exercício de 2018, a Companhia realizou a baixa do montante de R\$ 5.839 mil contabilizado em 31.12.2017 como prejuízo fiscal. A realização ocorreu através da consolidação do PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) no montante de R\$ 5.242 mil. O restante de R\$ 597 mil foi revertido ao resultado uma vez que não houve o cumprimento da exigência de histórico de lucratividade, conforme Instrução Normativa CVM Nº 371/2002 e a NBC TG 32 – Tributos sobre o Lucro.

Ainda durante o exercício de 2018, a Companhia constituiu Ativo Fiscal Diferido no valor de R\$ 11.538 mil os quais no mesmo ato foi transferido para grupo acionista controlador (Nota explicativa 9-iv)

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre diferenças temporárias

Descrição	R\$ mil
Impairment – Impostos a Recuperar	6.766
Impairment – Imobilizado	12.963
Provisão para Contingências	3.167
Serviços a executar	1.194
Total de Diferenças Temporárias	24.090
Alíquota	34%
Total	8.191

10.2 - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos

Os créditos tributários de IRPJ e CSSL foram constituídos sobre os custo atribuído e revisão da vida útil do imobilizado.

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre passivos é a seguinte:

Descrição	2018	2017
Imposto de Renda Diferido	3.857	4.461
Contribuição Social Diferida	1.388	1.605
Total	5.245	6.066

NOTA 11 - INVESTIMENTOS

Composto por investimento na empresa Interbulk Ltda. no valor de R\$ 230 mil, referente à participação de 10%, registrado pelo custo de aquisição, posteriormente ajustado em razão da reavaliação dos projetos.

Notas Explicativas

NOTA 12 – IMOBILIZADO

	Terrenos e Edif	Máquinas e Equip.	Móveis e Uten.	Comput. e Perif.	Benfeitorias	Imobilizado em And.	Impairment	Total
Em 31 de dezembro de 2016								
Custo	166.420	25.745	1.068	3.639	39	4.716	(70)	201.557
Dep. Acumulada	(73.614)	(7.379)	(703)	(2.560)	(27)	-	-	(84.283)
Valor Líquido Contábil	92.806	18.366	365	1.079	12	4.716	(70)	117.274
(+) Adições	1.433	474	5	148	-	955	-	3.015
(-) Baixas	(22.224)	(38)	(13)	(27)	-	(41)	(12.893)	(35.236)
(+/-) Transferências	2.612	-	-	-	-	(2.612)	-	-
(-) Depreciação	(6.138)	(1.912)	(104)	(499)	(2)	-	-	(8.655)
(+) Baixas da Depreciação	22.094	7	13	-	-	-	-	22.114
Saldo Final	90.583	16.897	266	701	10	3.018	(12.963)	98.512
Em 31 de dezembro de 2017								
Custo	148.241	26.181	1.060	3.760	39	3.018	(12.963)	169.336
Dep. Acumulada	(57.658)	(9.284)	(794)	(3.059)	(29)	-	-	(70.824)
Valor líquido contábil	90.583	16.897	266	701	10	3.018	(12.963)	98.512
(+) Adições	349	868	35	211	1	-	-	1.464
(-) Baixas	-	-	(11)	(868)	-	-	-	(879)
(+/-) Transferências	(2.203)	(4.231)	133	2.249	-	4.052	-	-
(-) Depreciação	(3.838)	(1.141)	(278)	(2.702)	-	-	-	(7.959)
(+) Baixas da Depreciação	-	-	-	499	-	-	-	499
Saldo Final	84.891	12.393	145	90	11	7.070	(12.963)	91.637
Em 31 de dezembro de 2018								
Custo	146.387	22.818	1.217	5.352	40	7.070	(12.963)	169.921
Dep. Acumulada	(61.496)	(10.425)	(1.072)	(5.262)	(29)	-	-	(78.284)
Valor Líquido Contábil	84.891	12.393	145	90	11	7.070	(12.963)	91.637

Notas Explicativas**NOTA 13 – INTANGÍVEL**

	Software	Marcas e Patentes	Total
Em 31 de dezembro de 2016			
Custo	721	11	732
Amortização Acumulada	(415)	-	(415)
Valor líquido contábil	306	11	317
(+) Adições	27	-	27
(-) Amortização	(62)	-	(62)
Saldo Final	271	11	282
Em 31 de dezembro de 2017			
Custo	748	11	759
Amortização Acumulada	(477)	-	(477)
Valor Líquido Contábil	271	11	282
(-) Amortização	(63)	-	(63)
Saldo Final	208	11	219
Em 31 de dezembro de 2018			
Custo	748	11	759
Amortização Acumulada	(540)	-	(540)
Valor Líquido Contábil	208	11	219

NOTA 14 – FORNECEDORES

Descrição	2018	2017
Fornecedores nacionais	16.697	12.553
Total	16.697	12.553

Composição das contas a pagar por idade de vencimento:

Descrição	2018	2017
A vencer	5.078	2.455
Vencidos de 01 a 30 dias	1.977	990
Vencidos de 31 a 180 dias	4.943	6.653
Vencidos há mais de 180 dias	4.699	2.455
Total	16.697	12.553

Composição das contas a pagar por tipo de moeda:

Descrição	2018	2017
Reais (R\$)	16.697	12.553
Total	16.697	12.553

Notas Explicativas**NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Descrição	Encargos (a.a.)	Moeda	Vencimento	2018	2017
Finame BNDES (a)	7%	Reais (R\$)	15.05.2018	-	87
Finame BNDES (b)	5%	Reais (R\$)	15.01.2020	62	124
Total				62	211
Parcela Circulante				5	144
Parcela Não-Circulante				57	67
Total de Empréstimos e Financiamentos				62	211

(a) Finame contratado para aquisição de duas máquinas pá carregadeiras, modelo L70 utilizadas na movimentação de granéis. O financiamento está garantido pelos bens financiados;

(b) Finame contratado para aquisição de três máquinas escavadeiras hidráulicas, modelo 312DL utilizadas na movimentação de granéis e manutenção da área portuária. O financiamento está garantido pelos bens financiados.

Os empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas.

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2018	2017
ISS a recolher	202	6.650
INSS a recolher	171	75
IR a recolher	189	90
PIS a recolher	20	16
COFINS a recolher	245	189
IOF a recolher	503	503
Parcelamento fiscal Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	1.194	1.327
Parcelamento PERT (b)	143	6.658
Parcelamento IRRF sobre salários	413	-
Parcelamento de Multas Trabalhistas	199	-
Parcelamento CPRB	148	-
Parcelamento INSS	1.140	-
Parcelamento ISS	2.587	-
Outros Parcelamentos	1.070	-
Total	8.224	15.796
Parcela Circulante	3.235	7.717
Parcela Não-Circulante	4.989	8.079
Total de Obrigações Tributárias	8.224	15.796

(a) A Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses "REFIS IV" dos débitos referentes a procedimentos administrativos tributários, Execuções Fiscais nº 193/2006; 20/2005 e 43/2005 totalizando o montante de R\$ 5.590 sendo que parte desse valor, no montante de R\$ 2.614, correspondentes a execução fiscal 43/2005, encontrava-se provisionado na rubrica de provisão para contingências. A Companhia, com base na Lei nº 11.941, liquidou valores correspondentes a multas de mora e de ofício e a juros moratórios com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social. O valor atual consolidado do parcelamento é de R\$ 1.194 mil.

Notas Explicativas

- (b) Em 14 de novembro de 2017 a Companhia realizou a adesão ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária. A adesão ao PERT foi validada pela Receita Federal do Brasil, sendo a consolidação deferida pela RFB em 28 de dezembro de 2018. O montante inicial da consolidação de R\$ 6.658 mil foi compensado em R\$ 5.242 mil através de prejuízos fiscais e R\$ 1.416 mil reconhecidos como receita financeira, em razão da anuência das multas e atualizações.

NOTA 17 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os contratos de alguns clientes preveem dois tipos de adiantamentos: recebimentos antecipados de operações de navios e adiantamentos contratuais.

Descrição	Tipo	2018	2017
Uralkali Trading S.A. (Nota 09)	Contratual	5.833	3.976
CP Global Trading L.L.	Contratual	2.375	6.524
Copersucar (a)	Contratual	6.740	-
Agriter Agronegócios Ltda.		1.000	1.000
Mosaic Fertilizantes		399	-
Outros		429	1.076
Total		16.776	12.576
Parcela Circulante		14.243	12.576
Parcela Não-Circulante		2.533	-
Total		16.776	12.576

- (a) Conforme descrito na (Nota 18), em 10 de junho de 2018 ocorreu o distrato do contrato de Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio, onde a obrigação da Companhia com a Vert Companhia Securitizadora foi transferida para a Copersucar Trading A.V.V. A obrigação será quitada através de serviços portuários prestados pela Companhia, conforme contrato firmado entre as partes.

NOTA 18 - CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO

A Companhia contratou operação de Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio, para antecipação de recebíveis no valor líquido de R\$ 21.724 mil sendo o valor bruto acordado R\$ 30.073 mil descontados R\$ 8.349 mil referente despesas da operação. O prazo acordado para pagamento é de dois anos, encerrando em agosto de 2019, a taxa de 17,27% ao ano.

O contrato de cessão tem por objeto, no contexto da operação de securitização, a cessão onerosa da integralidade dos Direitos Creditórios do Agronegócio, a prestação de serviços de logística e embarque de açúcar ensacado de 200.000 (duzentas mil) toneladas durante os anos de 2017/2018 para a Copersucar Trading A.V.V.

A responsabilidade na liquidação dos títulos é da Vert Companhia Securitizadora que adquiriu os direitos creditórios do agronegócio.

Em 10 de julho de 2018 ocorreu o distrato do contrato de Cessão de Direitos de Creditórios do Agronegócio, onde a Vert Companhia Securitizadora recebeu o montante devido pela Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. através da Coopersucar Trading A.V.V. que irá receber o montante em forma de serviços portuários, conforme descrito na (Nota 17).

Notas Explicativas**NOTA 19 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

Nas ações cíveis, trabalhistas e tributárias são realizadas análises individuais dos mesmos. Considerando o potencial de perda, os mesmos são classificados em provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda, mediante estimativa confiável do advogado responsável pelo processo. Os valores das contingências são provisionados a 100% do valor provável de perda.

Os processos classificados com o potencial de perda remoto não são provisionados e/ou divulgados.

Provisão	2018	2017
Trabalhistas	2.705	2.230
Tributários	131	94
Cíveis	331	330
Total	3.167	2.654

As ações judiciais cuja probabilidade de perda considerada possível pelos assessores jurídicos da Companhia monta o valor de R\$ 19.814 mil, em 31 de dezembro de 2018. A Companhia mantém registrados depósitos judiciais no montante de R\$ 3.147 mil que estão representados por processos favoráveis a Companhia, ainda em tramitação:

Depósitos Judiciais	2018	2017
Trabalhistas	2.110	2.675
Tributários	-	2.644
Cíveis	1.037	294
Total	3.147	5.613

NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital Social**

A Companhia tem como capital autorizado, independente de reforma estatutária, 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações, sendo 93.000.000 (noventa e três milhões) de ações ordinárias e 157.000.000 (cento e cinquenta e sete milhões) de ações preferenciais, todas nominativas e do tipo sem valor nominal.

O Capital subscrito e integralizado corresponde ao montante de R\$ 140.013 mil representados por 231.387 mil ações nominativas, divididas em 85.937 mil ações ordinárias e 145.450 mil ações preferências, sem valor nominal.

Acionistas	Qtde.	Valor	%
Equiplan	192.352	116.392	83,14%
Fortesolo	29.345	17.757	12,68%
Agriter	9.590	5.803	4,14%
Outros	100	61	0,04%
Total	231.387	140.013	100,00%

Notas Explicativas**(b) Ajuste de avaliação patrimonial**

Nesta conta está registrado especificamente o efeito de custo atribuído ao Ativo Imobilizado, com base no ICPC – 10, respectiva realização e os impostos diferidos:

Descrição	2018
Saldo anterior do ajuste avaliação patrimonial	10.844
(-) Realização do Custo Atribuído	(918)
(+) Realização do Tributo Diferido	312
Saldo final do ajuste de avaliação patrimonial	10.238

(c) Destinação do lucro

Nos termos do Art. 23, itens I, II e III do estatuto social, os lucros serão destinados da seguinte forma:
I – 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal até que atinja a 20% (vinte por cento) do Capital Social.

II – 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo mínimo obrigatório, ajustado de acordo com o art. 202 da Lei 6.404/76.

Reservas de lucro

Os saldos remanescentes terão a aplicação determinada pela Assembleia, segundo o Art. 23 item III:

III – O remanescente, se houver, será colocado à disposição da Assembleia

Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme determinado no estatuto social da Companhia e na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

NOTA 21 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	2018	2017
Prestação de serviços	44.184	60.801
Reembolso prestação de serviços	461	1.093
(+) Total de receita	44.645	61.894
(-) Impostos sobre vendas	(2.627)	(3.651)
(-) Descontos Incondicionais	(759)	-
(-) Total de deduções	(3.386)	(3.651)
Receita Operacional Líquida	41.259	58.243

As receitas referentes ao exercício 2018 apresentam um declínio motivado por questões comerciais e pela realização da dragagem nos berços de atracação, o que dificulta a movimentação de navios.

Notas Explicativas**NOTA 22 - CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

Descrição	2018	2017
Serviços de terceiros	(15.494)	(21.990)
Materiais	(13)	(29)
Taxas	(89)	(777)
Utilidades e Serviços	(690)	(893)
Arrendamentos	(3.579)	(4.530)
Avarias	(2)	(66)
Material de Uso e Consumo	(419)	(2.234)
Custos com pessoal	(5.296)	(8.717)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(813)	(2.146)
Depreciações e Amortizações	(8.022)	(7.383)
Manutenção civil e infraestrutura	(3.576)	(1.406)
Locação de Equipamentos	(1.357)	(834)
Outros Custos Operacionais	(931)	(1.472)
Total	(40.281)	(52.477)

NOTA 23 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2018	2017
Despesas com pessoal (a)	(1.759)	(1.886)
Remuneração pessoal chave (a)	(1.206)	(2.156)
Serviços e utilidades	(3.387)	(5.399)
Despesas com deslocamentos	(117)	(367)
Despesas com materiais	(79)	(76)
Despesas com taxas	(252)	(309)
Contingências / atualizações	(3.957)	(2.206)
Despesas com seguros	(618)	(687)
Despesas com informática	(840)	(924)
Contribuições e sindicatos	(457)	(506)
Responsabilidade social	(78)	(492)
Gastos com veículos	(138)	(132)
Meio-ambiente	(308)	(490)
Outras despesas gerais e administrativas	117	(3.042)
Total	(13.079)	(18.672)

(a) Despesa com pessoal e Remuneração do pessoal - chave da administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. No ano de 2018, as despesas com esses administradores totalizaram R\$ 1.759. O pessoal-chave da Administração são as pessoas que possuem autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades da Companhia, incluindo os diretores e conselheiros. O total de despesas com pessoal está apresentado abaixo:

Descrição	2018	2017
Salários e verbas contratuais	(955)	(988)
Honorários diretoria e conselhos	(1.206)	(2.156)
Contribuições para previdência social	(232)	(346)
Obrigações legais	(572)	(552)
Total	(2.965)	(4.042)

Notas Explicativas**NOTA 24 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Descrição	2018	2017
Impairment - Ativo (Impostos a recuperar e imobilizado)	-	(21.046)
Atualização monetária de créditos fiscais	-	(2.814)
Recuperação de despesas operacionais	1.481	39
Perdas na alienação de imobilizado	(174)	378
Perdão de Dívidas	(5.569)	-
Ressarcimento/Multa por quebra de contrato	-	4.589
Outros	709	(685)
<i>Impairment – Mútuos Partes Relacionadas</i>	(11.538)	-
Total	(15.091)	(18.539)

NOTA 25 - RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2018	2017
Descontos obtidos	574	11
Desconto PERT	1.416	-
Variação cambial ativa	242	143
Atualização Monetária – Mútuos Ativos	3.784	3.524
(+) Receitas Financeiras	6.016	3.678
Despesas bancárias	(311)	(2.281)
Juros Pagos	(1.567)	(4.626)
Variação cambial passiva	(86)	(107)
(-) Despesas Financeiras	(1.964)	(7.014)
Resultado financeiro	4.052	(3.336)

NOTA 26 - APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada pelo lucro real. O imposto de renda e contribuição social do período são calculados com base na alíquota de 15% acrescidos de 10% adicional sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 milhões para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa social limitada a 30% do lucro real.

NOTA 27 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia para a qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Companhia na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação de seu desempenho. A Companhia atua no segmento portuário tendo como operação principal a carga e descarga de navios. A administração entende que as operações portuárias e de armazenagem contemplam uma única condição negocial e/ou operacional, sendo caracterizado unidade geradora de caixa única.

Notas Explicativas

NOTA 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco cambial.

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Companhia está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros.

Essa nota descreve em todos os objetivos, políticas e processos da Companhia para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Valores a receber;
- Caixa e bancos;
- Contas a pagar a fornecedores e outras;
- Empréstimos bancários a taxas fixas.

Objetivos, políticas e processos gerais

A Companhia possui Conselho de Administração e Conselho Fiscal, como órgãos colegiados.

É órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da Companhia.

Risco comercial

O risco comercial surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuarão em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço). A Companhia não possui operações que possam gerar riscos dessa natureza.

Risco da taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa

A Companhia não está exposta ao risco da taxa de juros de fluxo de caixa que surge de empréstimos de longo prazo a taxas variáveis. A política atual da Companhia, quando aplicável, estabelece que os valores a pagar de leasing financeiro são empréstimos de taxa fixa.

Notas Explicativas

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Descrição	2018	2017
Valores a receber	2.489	11.751
Total	2.489	11.751

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Descrição	2018	2017
Fornecedores	16.697	12.553
Total	16.697	12.553

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para os valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras.

Análise de Sensibilidade

Descrição	Saldo em 2018	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Contas a Receber em Moeda Estrangeira (i)	1.047	785	524
Total	1.047	785	524

(i) Os cenários preveem a desvalorização da moeda nos percentuais supracitados.

NOTA 29 – IMPAIRMENT

	Contas a Receber	Imobilizado	Partes Relacionadas	Impostos a Recuperar	Total
Em 31 de Dezembro de 2016	(423)	(70)	-	-	(493)
(-) Constituição	(2.699)	(12.893)	-	(6.766)	(22.358)
Em 31 de Dezembro de 2017	(3.122)	(12.963)	-	(6.766)	(22.851)
(-) Constituição	(1)	-	(11.538)	-	(11.539)
(+) Reversão	1.466	-	-	-	1.466
Em 31 de dezembro de 2018	(1.657)	(12.963)	(11.538)	(6.766)	(32.924)

Notas Explicativas**NOTA 30 – COBERTURA DE SEGUROS**

Natureza	R\$ mil
Responsabilidade civil	40.000
Bens móveis e imóveis	136.486

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 31 – REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2018

Durante o exercício de 2019 foram realizadas retificações referentes ao exercício de 2018 relacionadas a conclusão do estudo de reorganização do imobilizado e reconhecimento de parcelamentos não contabilizados, conforme abaixo:

	31/12/2018		
	Antes	Ajuste	Após
Contas Patrimoniais			
Partes Relacionadas – Equiplan Participações S.A. (c) ii	-	1.568	1.568
Partes Relacionadas - Fortesolo Serviços Integrados Ltda. (c) ii	-	9.970	9.970
Impairment – Partes Relacionadas (c) iii	-	(11.538)	(11.538)
Imobilizado (a)	90.704	993	91.637
Intangível (a)	61	158	219
Imposto Diferido Passivo (a)	3.383	1.862	5.245
Obrigações com Parcelamentos - Curto Prazo (b)	935	45	980
Obrigações com Parcelamentos - Longo Prazo (b)	4.913	76	4.989
Ajuste de Avaliação Patrimonial (a)	7.320	2.918	10.238
Prejuízos Acumulados	(31.781)	(3.810)	(35.591)
Contas de Resultado			
Custo dos Serviços Prestados (a)	(41.372)	1.091	(40.281)
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais (c) iii	(3.553)	(11.538)	(15.091)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (c) i	363	11.538	11.901
Resultado do exercício	(12.330)	1.091	(11.239)

(a) A administração procedeu a avaliação da recuperabilidade dos ativos, bem como, o reprocessamento da depreciação do imobilizado e revisão da vida útil, mediante a contratação de empresa especializada, cujo trabalho foi concluído no 1º trimestre de 2019.

(b) Foram identificados dois parcelamentos que não estavam registrados pelo princípio da competência, procedeu-se os ajustes.

(c) Em 04 de março de 2020, através de acordo de acionistas, a administração da Companhia identificou a utilização de valores por empresas do grupo acionista controlador de parte do seu prejuízo fiscal e base negativa do imposto de renda e contribuição social dentro do que era facultado nas regras do PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) em 28 de dezembro de 2018 e que não haviam sido registrados contabilmente em seus registros contábeis, conforme nota explicativa 09. A Companhia realizou a contabilização dos valores e conforme acordo dos acionistas o qual prevê a forma de ressarcimento do montante optou-se por contabilizar o *impairment* sobre o montante total.

Notas Explicativas

Desta forma, os valores foram alterados foram reapresentados nas demonstrações do exercício de 2018, as quais tiveram os seguintes impactos:

- (i) o reconhecimento do ativo fiscal diferido pela expectativa de utilização no parcelamento (PERT) pelas empresas do grupo acionista controlador;
- (ii) a transferência do ativo fiscal diferido e a constituição de valores a receber das empresas do grupo acionista controlador; e
- (iii) a constituição de *impairment* dos valores a receber pelo recebimento apenas quando da geração de lucros pela Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.
Antonina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A. (Companhia), em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

(i) Conforme nota explicativa 6.1, em 28 de março de 2018, a Companhia renegociou os valores a receber, oriundos de transações comerciais, com a empresa ligada Fortesolo Serviços Integrados Ltda. no montante de R\$ 11.250 mil concedendo um perdão de dívida de 50% sobre este crédito e com acordo para recebimento do saldo remanescente em 24 vezes sem juros, com vencimentos a partir do mês de abril de 2018. Na data da transação o resultado foi impactado com o reconhecimento de despesas no valor de R\$ 5.625 mil.

(ii) Conforme nota explicativa 9, a Companhia mantém transações de mútuos (ativo) com partes relacionadas no montante de R\$ 60.461 mil (R\$ 58.831 mil em 31.12.2017) e, devido as características específicas dos contratos, estes não são precificados nas mesmas condições de mercado.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que informa que em 31 de dezembro de 2018 a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 11.239 mil (R\$ 26.436 mil em 31.12.2017) e apresentou naquela data capital circulante líquido negativo de R\$ 33.234 mil (R\$ 42.640 mil em 31.12.2017). Essas condições indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, consequentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

. Partes Relacionadas

Conforme nota explicativa 9 a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2018, saldo a receber de partes relacionadas de R\$ 60.461 mil (58.831 mil em 31.12.2017). Para fins de mensuração, o valor vem sendo atualizado monetariamente conforme contratos firmados entre as partes.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação e leitura dos contratos firmados entre as partes, recálculo da atualização monetária e avaliação dos critérios conforme os contratos e baseado nos valores apresentados, julgamos e obtivemos evidência de auditoria quanto a expectativa e capacidade de pagamento dessas obrigações por parte da parte relacionada

Com base nas evidências obtidas, verificamos que os montantes estão adequadamente atualizados conforme contratos firmados e suportados por documentação válida.

. Distrato da Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio com a Transferência da Dívida para Adiantamento de Cliente

Conforme notas explicativas 17 e 18 a Companhia em 10 de junho de 2018, realizou o distrato do contrato de Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio, onde a obrigação da Companhia com a Vert Companhia Securitizadora foi transferida para o cliente, Copersucar Trading A.V.V. A obrigação será quitada através de serviços portuários prestados pela Companhia, conforme contrato firmado entre as partes.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram leitura e avaliação dos distratos de Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio e o contrato firmado com a Copersucar Trading A.V.V., bem como, a validação dos valores contabilizados que estão suportados pelos documentos formais da operação.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os valores referentes ao distrato da Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio e o contrato posteriormente firmado, estão devidamente contabilizados.

. Consolidação do Parcelamento Especial de Regularização Tributária – PERT

Conforme a nota explicativa 16, a Companhia teve a consolidação pelo fisco do parcelamento aderido junto ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT. A consolidação possibilitou a contabilização da baixa dos valores registrados no Ativo Fiscal Diferido sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa, no valor de R\$ 5.242, bem como, os valores registrados no Passivo referente ao parcelamento, no valor de R\$ 6.658.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação de nossos especialistas tributários na validação dos extratos de consolidação da dívida, emitidos pelo fisco – Receita Federal do Brasil e o confronto com os valores registrados contabilmente. Verificamos ainda os lançamentos de baixa dos valores e os impactos no resultado do exercício.

Com base em nossos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos os critérios e as premissas adotadas pela Administração para a contabilização da consolidação do PERT adequados no contexto das demonstrações financeiras.

. Provisão para Contingências

Conforme a nota explicativa 19 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, a Companhia possui constituída provisão sobre processos em andamento cuja estimativa de perda provável é de R\$ 3.167 mil (R\$ 2.654 mil em 31.12.2017). Esses processos são acompanhados pelos assessores jurídicos externos da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão, na base de testes, dos vários processos em andamento. Procedemos o confronto dessas informações com os registros contábeis e efetuamos entrevista e consulta formal junto aos assessores jurídicos externos.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores de provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis estão adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Ambiente Altamente Regulado

A Companhia está sujeita ao atendimento de normas e regulamentos de diversos órgãos tais como: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários; APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina; e Autarquia do Governo do Estado do Paraná. Em decorrência do atendimento às questões legais da atividade operacional, entende-se o ambiente regulatório como um risco inerente significativo a ser observado no curso das atividades. A Receita Federal do Brasil fiscaliza periodicamente as atividades do terminal.

Com base nas evidências obtidas, entendemos que o risco é minimizado através do cumprimento das obrigações legais e a manutenção dos contratos ativos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram o recebimento dos certificados e licenças vigentes para o exercício, análise e entendimento das fiscalizações e recomendações da Receita Federal do Brasil e do Ministério do Trabalho e análise da divulgação adequada dessas

transações, riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

. Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2018

No exercício de 2019, a Companhia, visando adequar suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, deliberou pela sua reapresentação considerando as seguintes operações: i) contabilização do estudo de reorganização do imobilizado que fora objeto de ressalva quando do encerramento destas demonstrações; ii) reconhecimento de parcelamentos tributários não contabilizados; e iii) contabilização da transferência, em 28 de dezembro de 2018, para empresas do grupo acionista controlador de parte do seu prejuízo fiscal e base negativa do imposto de renda e contribuição social dentro do que era facultado nas regras do PERT (Programa Especial de Regularização Tributária). Essa operação foi identificada através de verificação de acordo de acionistas efetuada no primeiro trimestre de 2019. A Companhia realizou a contabilização dos valores e optou por, também, contabilizar o impairment sobre o montante total.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos se a apresentação atende os critérios do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Obtivemos evidência quanto aos lançamentos que originaram a reapresentação e efetuamos a leitura da documentação comprobatória.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para a reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2018 estão adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

. Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

. Reapresentação das Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão sendo reapresentados, em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 31 às demonstrações financeiras.

. Demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2017

As demonstrações financeiras do TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas comparativamente, foram por nós auditadas, conforme relatório dos auditores independentes emitido em 28 de março de 2018, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba (PR), 23 de março de 2020.

ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A, CNPJ 85.041.33/0001-11, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6404/76 examinaram as Demonstrações Financeiras referente a reapresentação do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nas análises periódicas, nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Companhia e no Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, emitido pela Martinelli Auditores Independentes S/C., datado de 23 de março de 2020, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos refletem a posição econômica e financeira da Companhia.

Antonina, 30 de março de 2020.

Luiz Afonso Baldissera
Presidente do Conselho Fiscal

Conselheiros:

Valmir Ramos Avelino

Antônio Joaquim da Silva Neto

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Sem informações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores da TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S/A, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob nº 85.041.333/0001-11, com sede na Rua Engenheiro Luiz Augusto de Leão Fonseca, nº 1520, Antonina, Paraná, declaram que examinaram, reviram, discutiram e concordam com as opiniões contidas na reapresentação das demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2018.

Antonina, 29 de março de 2019.

Gilberto Birkhan
Diretor Presidente

Fabiano Alves Ramos
Diretor de Relações com Investidores Diretor Administrativo e Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores da TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S/A, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob nº 85.041.333/0001-11, com sede na Rua Engenheiro Luiz Augusto de Leão Fonseca, nº 1520, Antonina, Paraná, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente a reapresentação das demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2018.

Antonina, 29 de março de 2019.

Gilberto Birkhan
Diretor Presidente

Fabiano Alves Ramos
Diretor de Relações com Investidores Diretor Administrativo e Financeiro